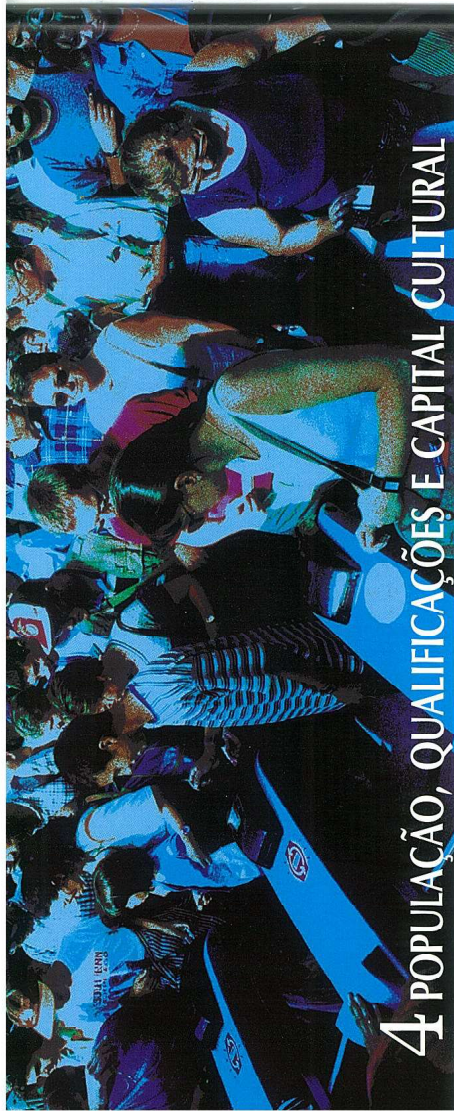




4 POPULAÇÃO, QUALIFICAÇÕES E CAPITAL CULTURAL

João Ferrão e Teresa Sá Marques

4.1. POPULAÇÃO: UMA QUALIFICAÇÃO ACERADA MAS INSUFICIENTE

Apesar das melhorias observadas nas últimas décadas, nomeadamente como consequência do alargamento do período de escolaridade obrigatória e da democratização do acesso ao ensino superior, a população portuguesa continua a deter baixos níveis de instrução e qualificação por comparação com os países mais desenvolvidos.

São conhecidas as razões históricas que explicam esta situação. No essencial, a expansão tardia do sistema escolar e a persistência de modelos económicos e culturais que não valorizam as aprendizagens formais disponibilizadas pela escola permitem entender os motivos deste atraso. Por outro lado, a ideia de aprendizagem ao longo da vida e o recurso sistemático a acções de formação por parte

dos que já estão integrados no mercado de trabalho ocupam ainda uma posição relativamente marginal na nossa sociedade.

Tomada no seu conjunto, e comparada com a dos restantes países europeus, a população portuguesa é pouco instruída, porque abandona precocemente a escola, e pouco qualificada, porque não aposta na aprendizagem ao longo da vida. Um mundo familiar e um contexto de trabalho pouco exigentes do ponto de vista das capacidades e competências individuais reflectem-se, como não poderia deixar de ser, em valores médios de instrução e qualificação desfavoráveis face aos países mais desenvolvidos.

Este panorama geral oculta, no entanto, diferenças relevantes do ponto de vista etário, social, de género e geográfico. É sobretudo esta última dimensão que importa salientar neste texto.

Portugal: evolução do grau de qualificação escolar e profissional, 1960-2001					
Indicador	1960	1970	1981	1991	2001
Taxa de analfabetismo (%)	31 (a)	26 (a)	19 (b)	11 (b)	9 (b)
Pop. residente com 3.º ciclo ou mais / Pop. > 15 anos (%)	*	13,2	21,4	32,3	45,3
Pop. residente com ensino médio ou superior / Pop. > 25 anos (%)	1,0 (c)	2,9	6,3	10,0	16,5
Pop. residente empregada, grupos profissionais 1 e 2 (%)	*	4,0	8,4	9,8	15,5
Pop. residente empregada, grupos profissionais 6, 7, 8 e 9 (%)	*	64,7	58,6	57,7	49,1

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.
(a) População residente com 10 ou mais anos que não sabe ler.
(b) População residente com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever.
(c) População residente com o ensino superior.
* Não existem dados disponíveis comparáveis.

nómica observada ao longo dos anos 60; por outro lado, a melhoria das condições de vida e de acesso aos diferentes níveis de ensino proporcionada pelo processo de democratização iniciado em 1974; finalmente, a alteração do perfil de especialização económica do país (terciarização) e a sua crescente abertura ao exterior decorrentes da adesão, em 1986, ao espaço comunitário.

O progresso da escolarização da população portuguesa entretanto observado constitui um dos traços principais da mudança estrutural vivida no país nos últimos 30 anos (Fernando Luis Machado e António Firmino da Costa, 1998), isto é, desde que se tornou visível o declínio irreversível do Portugal tradicional rural. A sua importância reside na amplitude que tomou, envolvendo um número crescente de crianças e jovens nos vários níveis de ensino, mas sobretudo nos processos que viabilizaram: ingresso generalizado das mulheres no mercado de trabalho e consequente feminização da população activa; expansão das actividades de serviços às empresas e às pessoas suscitando a terciarização do emprego; qualificação do mercado de trabalho; multiplicação das trajetórias de mobilidade intergeracional ascendente tendo por base a valorização do capital adquirido; peso crescente das classes médias urbanas (profissões técnicas e de enquadramento, empregados executantes dos escritórios, comércio e serviços) e difusão generalizada de valores urbanos. Todos estes processos de modernização social e económica dificilmente teriam ocorrido sem o progresso da escolarização entretanto verificado.

Ao mesmo tempo, e conforme se analisou no subcapítulo 2.3, o intenso processo emigratório que se verificou ao longo dos anos 60 e início da década seguinte levou à saída do país de uma parcela importante de pessoas em idade activa. Esta sangria incluiu muitos jovens que, com outras condições institucionais, económicas e políticas, poderiam ter contribuído para a melhoria real da estrutura de qualificações da população portuguesa.

É sobretudo a partir dos anos 70 que se verifica uma alteração significativa de sentido positivo no que toca à composição do capital humano em Portugal (Quadro 17). Esta situação traduz a conjugação de vários factores de natureza estrutural: por um lado, os reflexos da modernização social e eco-

Fig. 56 O progresso da escolarização da população portuguesa constitui um dos traços mais marcantes da mudança estrutural verificada a partir de 1974. Fonte: Ministério da Educação, Lisboa.



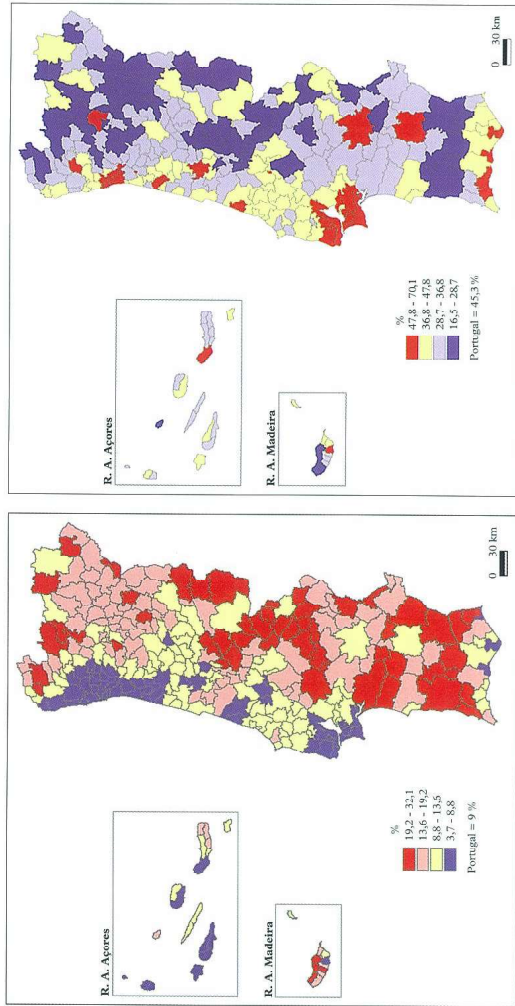
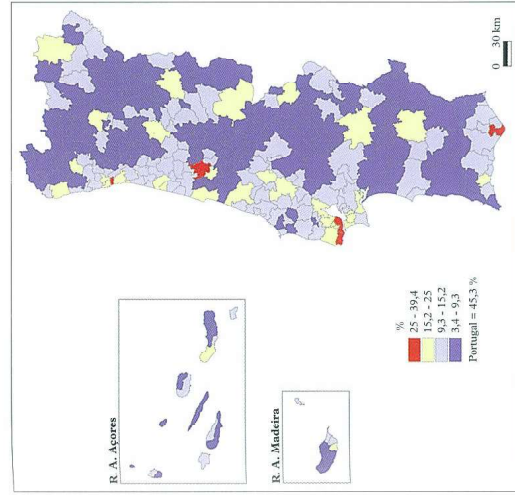


Fig. 64 Taxa de analfabetismo por concelho, em 2001.
Fonte: INE, Censos, 2001.

Fig. 65 População residente com o 3.º ciclo ou mais, relativamente à população residente com mais de 15 anos, por concelho, em 2001.
Fonte: INE, Censos, 2001.



trabalhadores da montagem, e 9 — trabalhadores não qualificados), as percentagens mais elevadas ocorrem no Portugal não urbano-industrial, englobando múltiplos municípios rurais, tanto agrícolas como de industrialização difusa, do interior e do litoral (Fig. 67).

A associação estruturalmente positiva entre desenvolvimento urbano e grau de qualificação dos recursos humanos é conhecida, verificando-se na generalidade dos países. Mas a intensidade dos contrastes concelhios revela a persistência, no caso de Portugal, de níveis de desqualificação do capital humano próprios das sociedades rurais tradicionais. Repare-se que é quase 8 a relação existente entre os municípios com maior percentagem (Lisboa, 30,9 %) e menor (Mourão, 4,1 %) de população empregada nos grupos profissionais de topo (1 e 2).

Esta disparidade de valores, socialmente inaceitável, pode pôr em causa a garantia dos níveis mínimos de coesão territorial a que o país deve aspirar (ver subcapítulo 2.5). Paralelamente, os processos de aprendizagem em que se baseiam estão longe de responder às necessidades do que tem vindo a ser designado por economia e sociedade do conhecimento (Maria João Rodrigues, 2002; Pedro Concheiro, Manuel V. Heitor e Bengt-Ake Lundvall, 2003) e ao caminho traçado no Conselho Europeu de 23 e 24 de Março de 2000 em torno da agenda económica e social para a União Europeia, conhecida como Estratégia de Lisboa (Maria João Rodrigues, 2003).

4.2. POPULAÇÃO ACTIVA: DESEMPREGO, FEMINIZAÇÃO, ENVELHECIMENTO

Dada a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, o total de população activa e

concelhos das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

A população que concluiu o ensino superior revela um padrão geográfico ainda mais concentrado, com particular destaque para a Área Metropolitana de Lisboa: em 2001 esta pequena parcela do território nacional detinha 26 % dos residentes mas 39 % dos licenciados.

Verifica-se, assim, que sobretudo os contextos urbanos, mas também as áreas rurais com uma base económica industrial e terciária mais aberta ao exterior e, secundariamente, alguns dos municípios que bordam os grandes eixos viários com boa acessibilidade às principais aglomerações do país, concentram uma parte muito significativa dos recursos humanos mais qualificados. Pelo contrário, as áreas rurais com piores condições de acessibilidade e economicamente menos dinâmicas, e em especial os territórios de fronteira e de montanha, congregam as situações que suscitam maior preocupação. É, pois, um país fragmentado, demasiado ancorado em territórios de influência urbana, aquele que resalta desta análise.

Os mapas da incidência percentual, por concelho, dos grupos profissionais extremos em termos de valorização social e económica não podem ser mais claros.

No topo (grupos profissionais 1 — quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas, e 2 — especialistas das profissões intelectuais e científicas), os valores próximos ou superiores à média nacional (já se sabe: 15,5 %) observam-se sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e nas principais cidades intermédias (Fig. 66).

Na base (grupos profissionais 6 — agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas, 7 — operários, artesãos e trabalhadores similares, 8 — operadores de instalações e máquinas e

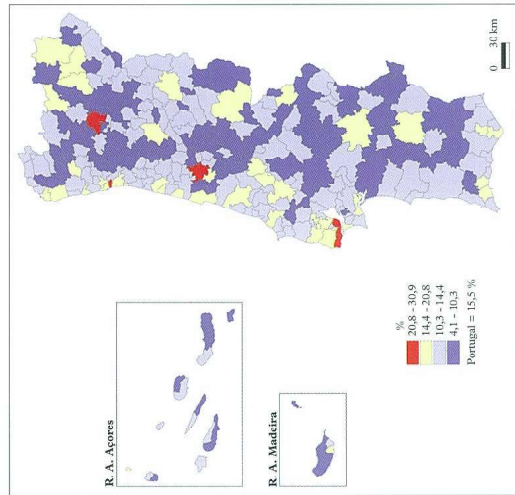


Fig. 66 População residente com o ensino médio ou superior, relativamente à população residente com mais de 25 anos, por concelho, em 2001.
Fonte: INE, Censos, 2001.

Fig. 67 População residente empregada nos grupos profissionais 1 e 2, relativamente à população residente empregada, por concelho, em 2001.
Fonte: INE, Censos, 2001.

a taxa de actividade, isto é, o número de activos (população empregada e desempregados, tanto à procura de novo emprego como do primeiro emprego) por 100 residentes, têm aumentado nas últimas décadas (Quadro 18). Nos próximos anos, no entanto, a taxa de actividade da população deverá diminuir por duas razões principais: aumento do período de escolaridade, com consequente retardamento do ingresso na vida activa, e envelhecimento do topo da pirâmide etária, com reforço da importância relativa da população reformada. Esta tendência verifica-se já entre os elementos do sexo masculino.

Uma leitura das disparidades concelhias da taxa de actividade (Fig. 68) mostra que os contrastes existentes reflectem a incidência de dois factores principais: a estrutura etária e, sobretudo, o padrão de especialização produtiva.

Como seria de esperar, as taxas mais baixas, com valores bem inferiores à média nacional, ocorrem em municípios bastante envelhecidos. É o caso, por exemplo, de grande parte do Norte e Centro interior. Mas a presença relevante de agricultura de base camponesa, onça muitas vezes as mulheres não são contabilizadas como activas mas sim como domésticas, contribui igualmente para as baixas taxas de actividade que aí se observam.

Os valores mais elevados verificam-se nas áreas com maior dinamismo económico e, por conseguinte, com mercados de trabalho mais activos em termos de criação de emprego e mais extensivos do ponto de vista das bacias de emprego que geram. Estão neste caso as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e algumas das principais cidades médias (Aveiro, Coimbra, Faro, etc.), mas também áreas de industrialização rural difusa, como a região Noroeste ou a Alta Esfremadura (Caldas da Rainha-Leiria), de forte incidência turística, como a orla litoral algarvia, ou com uma

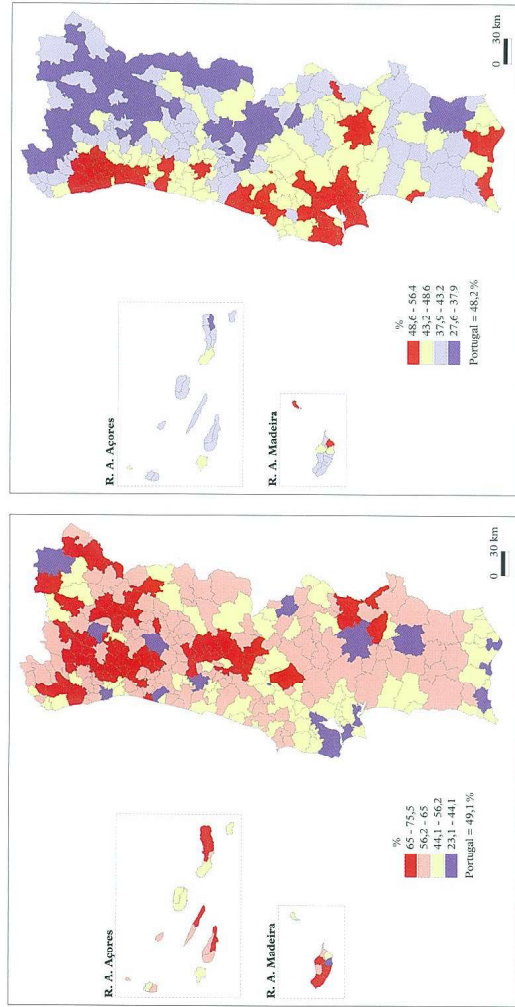


Fig. 67

População residente empregada nos grupos profissionais 6, 7, 8 e 9, relativamente à população residente empregada, por concelho, em 2001. Fonte: INE, *Censos*, 2001.

Fig. 68

Taxa de actividade, por concelho, em 2001. Fonte: INE, *Censos*, 2001.

presença relevante de actividades industriais, como Sines e Vila Viçosa.

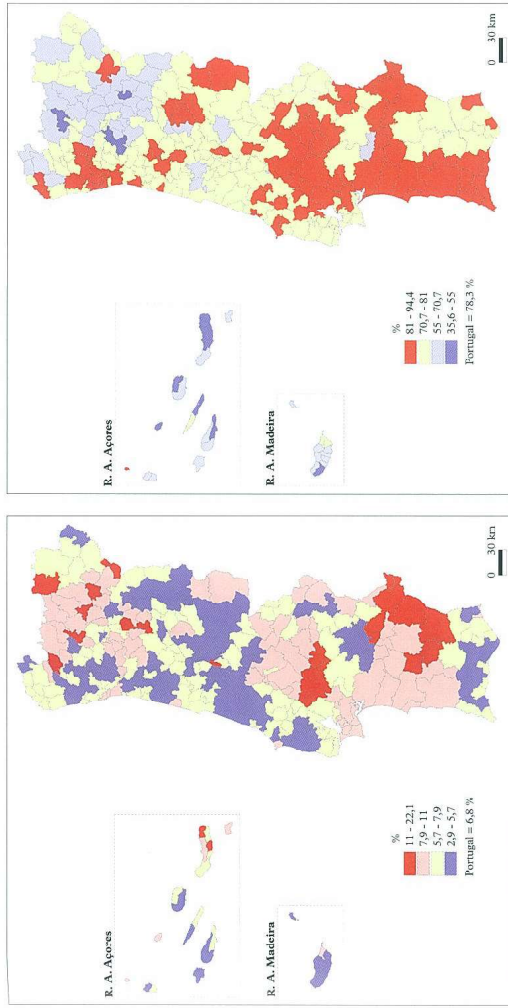
Repare-se que nas áreas de industrialização rural difusa ou de forte incidência turística as taxas de actividade seriam certamente mais baixas se o fenómeno de abandono escolar precoce (saída do sistema escolar antes de cumprir o período de escolaridade obrigatória) não tivesse, como infelizmente sucede, uma incidência significativa (João Ferrás e Fernando Honório, 2001). De facto, em áreas onde predomina o trabalho desqualificado, por vezes de âmbito familiar ou efectuado ao domicílio, e actividades caracterizadas por fortes oscilações sazonais da procura, a integração prematura

no mundo do trabalho é social e economicamente mais fácil, porque tolerada ou até incentivada. Sectores como a agricultura, algumas indústrias intensivas em mão-de-obra (vestuário, têxteis, calçado, etc.), a construção civil ou a restauração e a hotelaria apresentam-se muitas vezes bastante permeáveis ao ingresso de jovens sem a escolaridade obrigatória ou até à integração de mão-de-obra infantil.

Nas áreas urbanas, a existência de níveis médios de vida mais elevados e de organizações mais exigentes traduz-se por uma cultura mais favorável ao prosseguimento de estudos por parte das famílias e ao recrutamento de pessoal mais qualificado



Fot. 57 Até recentemente, o avanço da participação das mulheres no mercado de trabalho esteve muito associado à expansão de actividades industriais pouco qualificadas. Foto: Sérgio Granadeiro/Arquivo Expresso.



A população activa continua a ser maioritariamente masculina (cerca de 55%), embora a feminização constitua um dos traços mais marcantes da evolução do mercado de trabalho desde os anos 60 (Quadro 18). Nesta década, o surto emigratório para a Europa e a generalização de um período alargado de serviço militar obrigatório implicaram a entrada maciça das mulheres no mundo do trabalho formal estatisticamente contabilizado, isto é, externo ao agregado doméstico e à pequena produção camponesa para autoconsumo.

Apesar do reforço persistente da presença das mulheres no mercado de trabalho, e da qualificação que gradualmente acompanhou esse reforço como consequência de desempenhos escolares em média mais favoráveis do que os do sexo masculino (em termos de percursos escolares e de resultados), a geografia da taxa de feminização da população activa é ainda muito contrastada (Fig. 72).

No Nordeste, área demograficamente envelhecida e com uma forte expressão das actividades do sector primário, não são raros os concelhos onde em cada três activos apenas um é do sexo feminino. Nos municípios urbanos, ou nos espaços onde a influência do emprego urbano se faz sentir, e em áreas de industrialização rural difusa (vale do Ave) a presença dos dois géneros é, pelo contrário, bem mais equilibrada: quase 1 para 1. Mas por detrás deste equilíbrio numérico persistem desigualdades bastante marcadas no que se refere ao acesso às actividades e profissões simbolicamente mais valorizadas (ver subcapítulo 2.2), situação tanto mais inaceitável quanto, conforme já se salientou, o desempenho da componente feminina da população escolar tem vindo a destacar-se sistematicamente de forma positiva.

Acompanhando o envelhecimento geral da população portuguesa, a que acresce, neste caso, o impacto do alargamento da escolaridade obrigatória

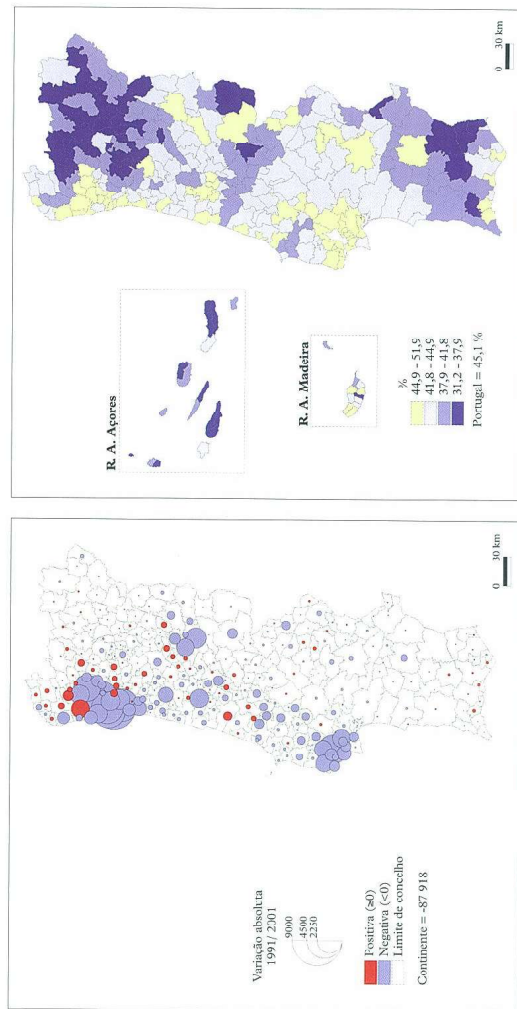


Fig. 7: Dinâmica de emprego na indústria têxtil (CAE 17/DF), por concelho, entre 1991 e 2001. Fonte: INE, *Censos*, 1991 e 2001.

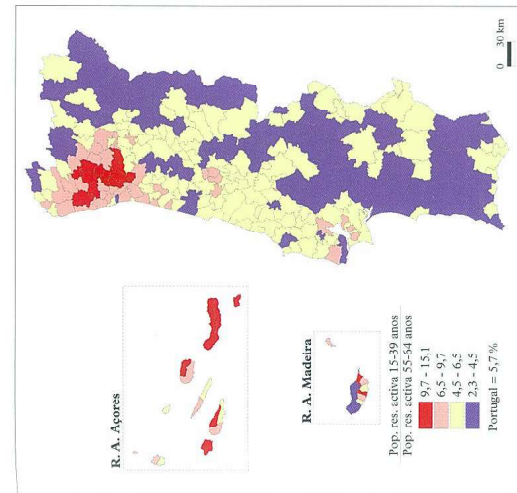
Fig. 7: Mulheres residentes com actividade económica relativamente à população residente com actividade económica, por concelho, em 2001. Fonte: INE, *Censos*, 2001.

Portugal: evolução da população residente activa, 1960-2001					
Indicador	1960	1970	1981	1991	2001
Total população residente activa (m. ²)	3 240 924	3 285 290	4 096 766	4 361 438	4 978 351
Taxa de actividade (%)	35,5	38,2	41,7	44,6	48,2
Taxa de desemprego (%)	2,1	2,62	6,2	6,1	6,8
Mulheres residentes activas (%)	17,6	24,8	35,2	41,2	45,1
Pop. residente activa 15-39 anos / Pop. residente activa 55-64 anos (índice)	4,5	3,5	5,8	6,0	5,7

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Nota: de forma a garantir a comparabilidade dos dados, considerou-se sempre o segmento da população residente activa com mais de 15 anos, apesar de o valor mínimo etário para definição da população activa ter variado ao longo do tempo:

- *Recenseamento Geral da População*, 2001: população residente com mais de 15 anos;
- *Recenseamentos Gerais da População*, 1981 e 1991: população residente com mais de 12 anos;
- *Recenseamentos Gerais da População*, 1960, 1970: população residente com mais de 10 anos.



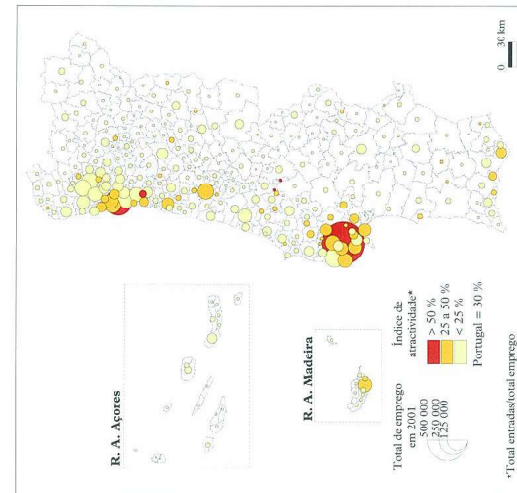
urbanos, por impossibilidade de aceder a um mercado de habitação demasiado oneroso e perversamente envidado por uma lei de arrendamento obsoleta, os jovens casais transferem-se para concelhos vizinhos, ergressando os movimentos pendulares casa-trabalho. As bacias de emprego de base urbana, não sendo as únicas, ganham uma expressão crescente nas últimas décadas do século XX, transformando-se num traço estrutural do início do século seguinte.

4.3. BACIAS DE EMPREGO: A MOBILIDADE GEOGRÁFICA COMO CONDIÇÃO DE ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO

As migrações internas, já analisadas no subcapítulo 2.3, conformaram grande parte das transformações demográficas, sociais, culturais e económicas ocorridas no país a partir da crise dos anos 30 e, sobretudo, do pós-guerra.

Contudo, os movimentos tradicionais de êxodo rural, que despovoaram os campos a favor das cidades, ficaram dando lugar a um outro tipo de mobilidade, de âmbito geográfico bem mais restrito mas com um ritmo temporal muito mais intenso: os movimentos pendulares casa-trabalho, associados, primeiro, a processos de suburbanização clássicos envolvendo um centro e as respectivas periferias e, mais tarde, a padrões mais complexos, multipolares e, por isso, caracterizados por mobilidades cruzadas.

Em 2001, em seis municípios do país (Lisboa, Porto, Oeiras e, com outro significado, São João da Madeira, Constância e Vila Nova de Barcelos) mais de metade do emprego existente era ocupado por não residentes (Fig. 74). Nesta mesma data, em nove concelhos da AML (Alcochete, Amadora, Barreira, Loures, Mota, Odivelas, Oeiras, Seixal, Sintra) e dois da AMP (Cendomar e



Vaongo) o total de pessoas que saíam diariamente para trabalhar noutro município representava mais de metade do emprego localmente existente (Fig. 75). Isto é, a mobilidade intrametropolitana, sobretudo no caso de Lisboa, onde estas deslocções são mais intensas e revelam padrões geográficos mais complexos (INE, 2003), envolve um número significativo e crescente de residentes.

Os movimentos pendulares não são, no entanto, uma característica exclusiva das áreas metropolitanas, conforme se pode verificar na Figura 76, onde se identificam os fluxos de saída mais elevados (desde que superiores a 50 trabalhadores) nos concelhos não metropolitanos.

Cidades médias, com destaque para Coimbra, Viseu, Leiria, Évora e Beja, polarizam fluxos significativos a partir dos municípios envolventes, segundo o tradicional modelo em estrela, de natureza monocêntrica. Noutros casos, constituem-se sistemas ou eixos sub-regionais, sem o predomínio de um único centro urbano, como sucede no Algarve ou na Beira interior. Finalmente, no vale do Ave ressalta uma organização mais multipolar.

Resta uma extensa parcela do país, abrangendo cerca de 31 % dos municípios, que não apresenta fluxos superiores ao limiar considerado (saída de pelo menos 50 trabalhadores). Sendo a mobilidade geográfica um dos traços essenciais das sociedades contemporâneas, e levando em conta que ela representa, não raro, a única oportunidade de acesso a um emprego adequado, o enorme vazio assim detectado confirma a marginalidade que afecta grande parte do território do país. Nestes casos, envelhecimento demográfico, baixos níveis de instrução, predomínio de profissões e actividades desqualificadas ou mesmo em regressão e níveis insatisfatórios de acessibilidade aos principais centros urbanos e eixos viários reforçam-se reciprocamente

Fig. 73 População residente activa dos 15 aos 39 anos relativamente à população residente activa dos 55 aos 64 anos, por concelho, em 2001. Fonte: INE, *Censos*, 2001.

Fig. 74 Índice de atratividade (total entradas/total emprego), por concelho, em 2001. Fonte: INE, *Censos*, 2001.

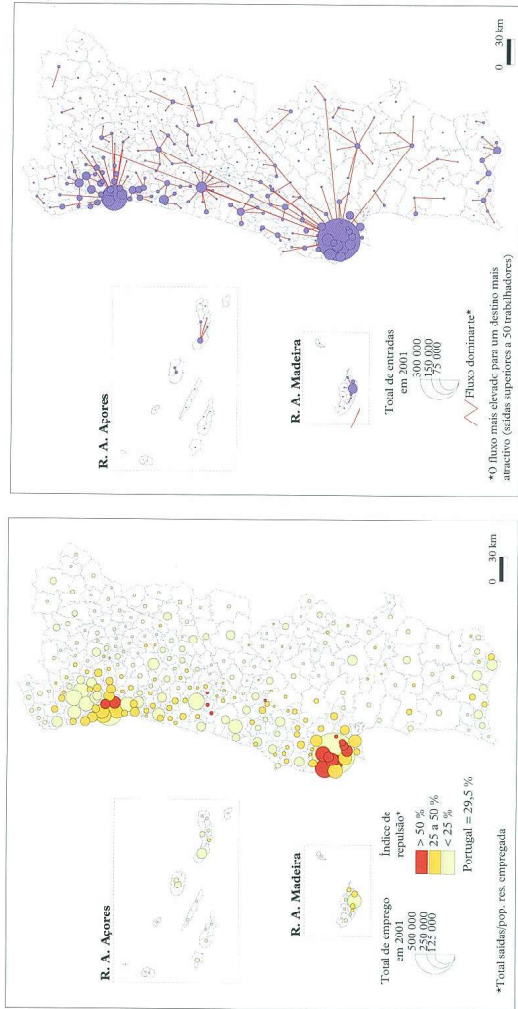


Fig. 75 Índice de repulção (total saída/população residente empregado), por concelho, em 2001.
Fonte: INE, Censos, 2001.

Fig. 76 Fluxos dominantes*, casa-trabalho, por concelho, em 2001.
Fonte: INE, Censos, 2001.

num ciclo vicioso cuja intensificação não é fácil reverter.

As bacias de emprego assim definidas mostram como as características dos movimentos pendulares casa-trabalho retratam, com fidelidade, a natureza dos vários espaços do país:

- uma metrópole mais madura, com um raio de influência nacional, em cujo interior as deslocamentos são mais intensos e complexos, configurando um padrão de mobilidades cruzadas próprio dos territórios marcados pela pós-modernidade: Lisboa;
- uma metrópole (Porto) e diversas cidades médias com uma estrutura clássica estrelar de tipo centro-periferia e com uma irradiação de âmbito regional;
- sistemas policêntricos ou lineares de âmbito sub-regional, organizados a partir de padrões de industrialização difusa (Noroeste) ou de formas de ocupação desenvolvidas ao longo de eixos (litoral algarvio, Guarda-Covilhã-Fundão);

— pequenos centros com um raio de influência de proximidade (um ou dois concelhos vizinhos);

— municípios caracterizados pela ausência de fluxos intermunicipais significativos.

Esta geografia fragmentada e hierarquizada reflecte, e influencia, a evolução do recurso nacional mais precioso — as pessoas, condicionando capacidades e oportunidades e impedindo, por essa via, que alguns dos direitos básicos a que todos os cidadãos devem ter acesso se possam concretizar: independentemente da sua localização geográfica.

4.4. OS TERRITÓRIOS COMO CONTEXTOS DE QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO HUMANA

Múltiplos estudos comprovam que as cidades, em geral, representam contextos de oportunidade e de

ção à influência directa de centros urbanos com alguma dimensão e, ainda, o que designaremos, à falta de uma expressão mais adequada, como «contexto cultural regional».

Estes três factores permitem entender melhor a razão por que persistem atitudes e comportamentos geograficamente diferenciados por parte das famílias e dos empregadores em relação ao papel das estruturas humanas que não se limitam a espelhar a distinção entre aglomerações metropolitanas, centros urbanos de menor dimensão e áreas rurais.

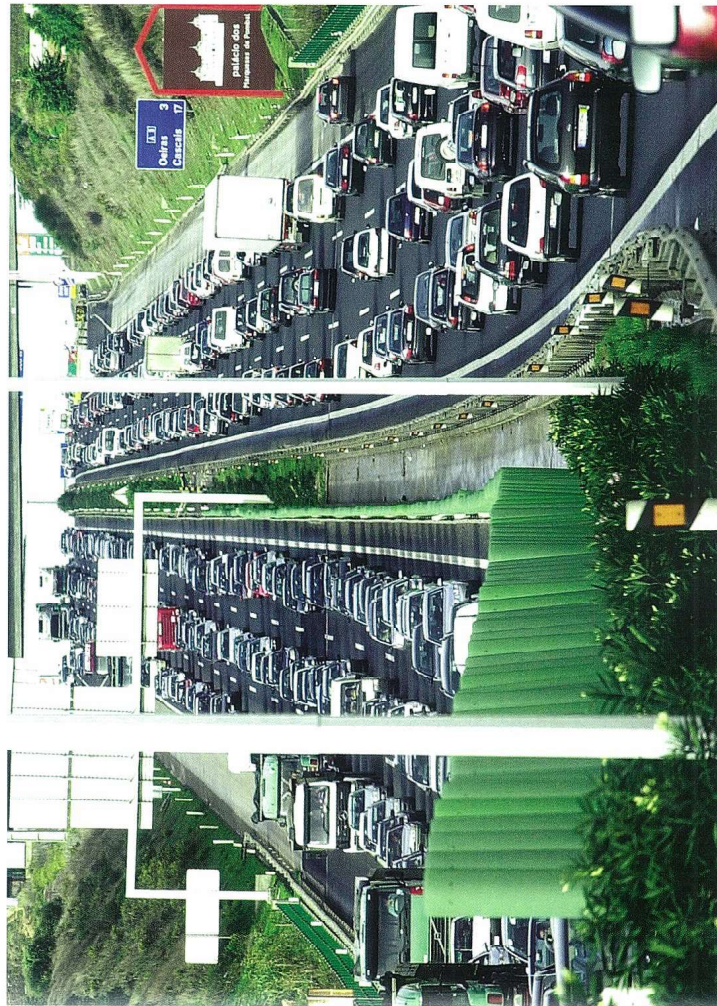
A coroa periférica à metrópole portuguesa, e em particular os concelhos dos vales do Ave e do Sotresa, são paradigmáticos desta situação. Aqui, a persistência de uma cultura tradicional de referência rural camponesa, marcada por uma ética de trabalho desenvolvido por conta própria ou em contexto familiar, leva à desvalorização do papel social da escolaridade (incluindo a educação pré-escolar) e à formação profissional como instrumentos de dignificação pessoal e de capacitação dos indivíduos e das comunidades locais.

Pelo contrário, em áreas igualmente rurais mas com longa tradição histórica de assalariamento e com um mercado de trabalho estacionário ou mesmo regressivo, a escola surge como a única aposta possível para os jovens que não desejam emigrar para outras regiões do país (em geral, áreas urbanas) ou para o estrangeiro.

Não se verifica, pois, qualquer relação de tipo determinístico entre os graus de urbanização e de qualificação dos recursos humanos. Não existem, igualmente, reacções de causalidade rígidas entre educação, actividades económicas e desenvolvimento humano e social. Mas o impacto favorável dos contextos urbanos em termos de capacitação e de oportunidades não pode ser ignorado.

Conforme nos recorda Raul Lopes (2001, p. 167): «[...] não surpreende que actualmente as «regiões ganhadoras» sejam principalmente zonas urbanas, e sobretudo metrópoles, pois que apresentam uma confortável vantagem comparativa no domínio da acumulação de capital humano, até porque foi nessas regiões que se observou a maior concentração de quadros técnicos durante o processo de industrialização do pós-guerra». O que significa que, na ausência de políticas activas de combate às disparidades territoriais e, ao mesmo tempo, de valorização dos recursos localmente disponíveis, a convergência interna e em reacção à média comunitária no domínio da qualificação escolar e profissional do capital humano e da aquisição das competências nucleares da sociedade do conhecimento poderá ser demasiado lenta para as aspirações de um país que se pretende plenamente europeu.

Num estudo comparado dos padrões de mobilidade social em quatro países (Canadá, Portugal,



Fot. 58 A probabilidade diária casa-trabalho marca o quotidiano de um número crescente de portugueses. Foto: LUSA.

República Checa e Suécia) conclui-se que, na generalidade, as qualificações, ou seja, o *capital cultural* [italico nosso], são o grande obstáculo à mobilidade intergeracional (J. M. de O. Mendes, 2001, p. 99). E conclui-se ainda, no caso do nosso país, que «a estrutura social apresenta-se bastante fechada tanto para os homens como para as mulheres [...] sendo uma parte significativa atribuível ao papel da escola na reprodução de posições socialmente privilegiadas» (ibidem, p. 100). Transformar os diferentes territórios em contextos institucionais e culturais favoráveis à qualificação e capacitação de quem aí vive e trabalha deverá, por isso, representar uma prioridade urgente da agenda política nacional.

4.5. PORTUGAL: UM LONGO CAMINHO POR PERCORRER

Ainda que Portugal apresente uma forte evolução na recuperação de um atraso elevado em termos de escolaridade, persiste um longo processo a desenvolver para atingir os níveis médios europeus (Quadro 19). A média de anos de escolaridade, a taxa de participação na escolarização e os níveis de escolaridade atingidos são indicadores da persistência de uma situação claramente desfavorável da nossa sociedade. Portugal surge com os níveis mais baixos da UE 15 e o desnível relativamente aos países nórdicos é brutal: em 2000, 87 % da população com 25 a 29 anos tinha completado uma educação superior (o secundário na Suécia e na Finlândia, enquanto o valor equivalente em Portugal era apenas de 38 %).

Em termos de despesa pública em educação (em percentagem do produto interno bruto), Portugal investe segundo o nível médio da Europa. No entanto, as despesas por aluno no ensino básico e

superior estão abaixo da média europeia e muito longe dos valores atingidos, designadamente, na Dinamarca, Suécia ou Finlândia.

Terido em consideração o nosso desnível em termos de taxas de escolaridade média, o investimento e a atenção na educação surgem como questões prioritárias para o desenvolvimento do país. Os portugueses passam menos tempo na escola do que os seus vizinhos europeus e investem menos em cada aluno. A contração demográfica (diminuição da população em idade escolar) que Portugal está a sentir pode permitir uma aposta num sistema de educação de qualidade, mais individualizado e mais pluralista. Isto significa uma orientação para uma educação mais aprendente, que prepare melhor a sociedade portuguesa para um futuro incerto e uma economia mais baseada no conhecimento e na inovação.

Em termos de sociedade da informação e da comunicação, Portugal está muito aquém dos níveis europeus. O número de assinantes de Internet por 1000 habitantes e o total de sítios *web* activos são indicadores razoáveis do grau de desenvolvimento das infra-estruturas de Internet nos diferentes países (Quadro 20). Na Europa, os países nórdicos, a Alemanha e o Reino Unido lideram as estatísticas enquanto os países do Sul (Grécia, Portugal, Espanha, França e Itália) estão claramente abaixo da média da União Europeia.

Em Portugal tem-se observado alguma lentidão na entrada de novas empresas nestas áreas de negócio, em particular no mercado de redes, de circuitos alugados e de construção de infra-estruturas alternativas. Nas telecomunicações, devido à importância das economias de escala, pode acontecer que nas regiões periféricas as pessoas e as empresas prestadoras de serviços, por muito eficientes que sejam, venham a ter um custo por *megabit* superior

aos custos de uma empresa localizada numa área central. Portugal é um país periférico e com um mercado relativamente restrito, o que se pode traduzir numa desvantagem permanente de custos. Como refere Stephen Graham (1999), a dimensão dos mercados faz com que algumas concentrações urbanas e certos territórios apareçam numa situação privilegiada em termos de preços e capacidade.

A prova disto é que os países com custos de acesso médios baixos no final da década de 90, designadamente os Estados Unidos e a Finlândia, possuem um maior número de acessos à Internet. Portugal apresenta um preço médio superior à média europeia, e cerca de três vezes mais elevado que os Estados Unidos ou quase o dobro da Finlândia, o que é claramente uma desvantagem competitiva face aos restantes países.

Vários autores destacam a importância dos estilos de vida e das instituições culturais enquanto factores que ajudam a atrair e a estimular a criatividade (artística, empresarial ou tecnológica). O meio social e cultural proporciona também um mecanismo de atracção de novos e diferentes tipos de pessoas e ideias e conhecimentos.

Comparativamente com os hábitos culturais e recreativos dos europeus (Quadro 21), os portugueses vão menos vezes ao cinema, lêem muito menos livros, frequentam pouco as bibliotecas, vi-

sitam raramente museus e exposições e vão poucas vezes a espectáculo. Os Portugueses têm preferencialmente televisão.

A sociedade portuguesa, além de estar fechada em casa a organizar os seus tempos livres, demonstra uma menor abertura ao exterior, pois a grande

Fig. 60 Embora nem sempre com a intensidade desejável, a sociedade da informação prossegue consideravelmente em Portugal nos últimos anos.
Fot. Luísa Ferreira.

Quadro 19
Educação: posição de Portugal relativamente aos países da União Europeia

Indicador	Fonte	Portugal **	UE 15	País - valor mais baixo		País - valor mais alto	
Média de anos de escolaridade — 2000	b	5,90	8,28*	Portugal	5,90	Suécia	11,40
Taxa de participação na escolarização (todos os níveis) nas idades entre os 18 e os 24 anos, 1998/99 (%) — 2000	a	37,0	43,0	Luxemburgo	22,0	Finlândia	53,0
População com 25 a 29 anos que completou uma educação superior ao secundário (%) — 2000	a	37,6	75,6	Portugal	37,6	Suécia e Finlândia	86,8
Despesa pública em educação (% do PIB) — 1998	b	5,7	5,6*	Reino Unido	4,7	Dinamarca	8,2
Despesa por aluno em instituições públicas no ensino básico em PPC (paridade de poder de compra) — 1998	a	3 128	3 715	Grécia	2 564	Dinamarca	6 597
Despesa por aluno em instituições públicas no ensino superior em PPC — 1998	a	6 642	7 357	Grécia	3 332	Suécia	12 251

Fonte: a — Comunidades Europeias, 2002; b — Banco Mundial, 2002 (não inclui o Luxemburgo).

* — Média calculada a partir dos valores disponíveis dos países da União Europeia.

** — As células a azul correspondem a uma situação desfavorável de Portugal face à União Europeia.



Fig. 59 Como em todos os países mais desenvolvidos, o mercado de trabalho português caracterizou-se por uma forte terciarização nas últimas décadas do século xx.
Foto: A. Sequeira/Arquivo Circulo de Leitores.

Quadro 20 Sociedade da informação e da comunicação: posição de Portugal relativamente aos países da União Europeia					
Indicador	Fonte	Portugal **	UE 15	Pais — valor mais baixo	Pais — valor mais alto
Número de computadores pessoais por 100 habitantes — 2000	a	10,5	28,6	Grecia	Suécia
Número de <i>hosts</i> de Internet por 100 habitantes — 2000	a	1,2	2,9	Grecia	Finlândia
Utilizadores de Internet por 100 habitantes — 2000	a	10	26,3	Grecia	Suécia
Despesas em tecnologias da informação e da comunicação, <i>per capita</i> — 2000	b	745	1 695*	Grecia	Dinamarca
Telefones móveis (assinantes) por 100 habitantes — 2000	a	66,5	62,6	França	Luxemburgo
Traáfego internacional de telecomunicações com origem no país (minutos por assinante) — 2000	b	118	234*	Itália	Irlanda
Tarifas de acesso à Internet por 40 horas em horário profissional — 2001	c	77,2	65,5	Finlândia	Luxemburgo
Assinantes de televisão por cabo (por 1000 habitantes) — 2000	b	92,3	163,9*	Espanha	Holanda

Fonte: a — Comunidades Europeas/Eurostat, 2002; b — Banco Mundial, 2002 (não inclui o Luxemburgo); c — OCDE, 2001.

* — Média calculada a partir dos valores disponíveis dos países da União Europeia.

** — As células a azul correspondem a uma situação desfavorável de Portugal face à União Europeia.

Quadro 21 Consumo cultural e recreativo: posição de Portugal relativamente aos países da União Europeia					
Indicador	Fonte	Portugal **	UE 15	Pais — valor mais baixo	Pais — valor mais alto
Despesas familiares na cultura e recreação — % do total das despesas — 1998	a	6,2	9,4*	Portugal	Áustria
Frequência dos cinemas (por habitante e por ano) — 1994-1997	d	1,1	1,8	Portugal e Holanda	Espanha
Frequência dos museus (por habitante e por ano) — 1994-1995	d	0,8	0,9	Itália	Dinamarca
Frequência dos teatros (por habitante e por ano) — 1994-1995	d	0,03	0,34	Portugal	Holanda
Empréstimo de livros nas bibliotecas municipais (por habitante e por ano) — 1994-1995	d	1,10	5,78	Itália	Finlândia

Fonte: a — Comunidades Europeas/Eurostat, 2002; d — Comunidades Europeas, 2000.

* — Média calculada a partir da informação disponível para 12 países.

** — As células a azul correspondem a uma situação desfavorável de Portugal face à União Europeia.

maioria da população não possui no domicílio as infra-estruturas fundamentais para se conectar com o mundo externo (televisão por cabo ou Internet). Enfim, além de estarmos pouco abertos à informação e ao conhecimento externos temos poucos hábitos de fruição da cultura, da arte e do espetáculo.

Outra dimensão importante a incluir nesta análise são as atividades especificamente vocacionadas para a criação e difusão de conhecimento.

Em Portugal, as dinâmicas de investigação são quase exclusivamente públicas e a informação, o conhecimento e a criatividade estão longe dos parâmetros europeus. É praticamente da exclusiva responsabilidade das instituições públicas o desenvolvimento do conhecimento científico, pois a es-

to (Quadro 22). Estas atividades desenvolvem-se nos centros de investigação das universidades, nos laboratórios do Estado ou em unidades inseridas nas empresas.

Em Portugal, as dinâmicas de investigação são quase exclusivamente públicas e a informação, o conhecimento e a criatividade estão longe dos parâmetros europeus. É praticamente da exclusiva responsabilidade das instituições públicas o desenvolvimento do conhecimento científico, pois a es-

Quadro 22 Investigação & Desenvolvimento: posição de Portugal relativamente aos países da União Europeia					
Indicador	Fonte	Portugal **	UE 15	Pais — valor mais baixo	Pais — valor mais alto
Despesas I&D em % do PIB — 1995	a	0,8	1,9	Portugal	Suécia
Taxa de crescimento anual do investimento em I&D — 1991/1998	b	5,4	3,1	Itália	Irlanda
Investimento de I&D em capital (físico), em % do PIB — 1998	c	3,7	0,4	Suécia	Irlanda
Pessoal afecto à I&D por pessoal empregado (%) — 1999	a	0,7	1,3	Portugal	Finlândia
Investimentos das empresas em I&D em % do total de investimento de I&D — 1997	c	2,2	54,1	Portugal	Bélgica
Investigadores por 10 000 activos	c	27	50	Grecia	Finlândia
Cientistas e engenheiros em I&D por milhão de habitantes — 1990-2000	b	1 583	2 145*	Grecia	Suécia
Técnicos em I&D por milhão de habitantes — 1990-2000	b	156	1 078*	Portugal	França
Alunos do ensino superior das áreas da ciência e engenharia em % do total de alunos do ensino superior — 1987-1997	b	36	35*	Dinamarca	Alemanha
Publicações científicas nas áreas de ciência e tecnologia — 1997	b	1 085	12 031*	Portugal	Reino Unido
Registos de patentes por pessoal empregado (milhões) — 1995	a	5,9	260,8	Portugal	Alemanha

Fonte: a — Comunidades Europeas/Eurostat, 2002; b — Banco Mundial, 2002 (não inclui o Luxemburgo); c — OCDE, 2001.

* — Média calculada a partir dos valores disponíveis dos países da União Europeia.

** — As células a azul correspondem a uma situação desfavorável de Portugal face à União Europeia.

estrutura empresarial está muito pouco habituada a partilhar os riscos e os investimentos inerentes ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Enquanto, por exemplo, nos países nórdicos as questões da aprendizagem na economia nunca foram completamente deixadas às universidades ou às grandes empresas, em Portugal sucedeu exactamente o contrário.

Portugal mantém-se deficitário face aos restantes países da União Europeia. As variações na década de 90 foram muito significativas para os países do Sul da Europa (especialmente a Espanha) e para a Irlanda, mas a média europeia está longe de ser atingida mesmo que sejam mantidos os ritmos de evolução observados nesses anos. Portugal in-

veste pouco, tem um número reduzido de investigadores e uma fraca produção científica. Possui 27 investigadores por 10 mil activos, enquanto a média europeia é quase o dobro (50) e a Finlândia apresenta o triplo. É o país da UE 15 que menos investe em I&D (em percentagem do PIB, menos de metade da média europeia e um quinto da Suécia). O número de publicações científicas e os registos de patentes mostram a debilidade da capacidade científica portuguesa.

Concluído, apesar das melhorias indiscutivelmente observadas nas últimas décadas, a sociedade portuguesa continua a deter baixos índices de qualificações e de capacitação humana, ou seja, de capital cultural, no contexto europeu.

5 DESENVOLVIMENTO HUMANO E COESÃO SOCIAL

Isabel Margarida André

Em larga medida, por pressão das Nações Unidas, a noção de desenvolvimento inclui actualmente uma forte componente de bem-estar social associado, sobretudo, às condições de vida individuais e colectivas. Assim, para tornar nítida a distinção entre esta nova concepção e a anterior, que privilegiava a ligação ao crescimento económico, passou a utilizar-se a designação de desenvolvimento humano. Isto não significa, porém, a ausência das dimensões económicas, traduzindo antes uma leitura que convoca, ao mesmo tempo, a coesão social e a competitividade económica na tentativa de compreender como se articulam essas duas faces do desenvolvimento. Neste capítulo apresenta-se uma breve discussão das diversas dimensões analíticas do desenvolvimento na óptica da coesão social, salientando-se os défices que continuam a posicionar Portugal no grupo mais desfavorecido dos países desenvolvidos, nomeadamente:

— a existência de largas parcelas da população com rendimentos insuficientes para assegurar níveis mínimos de qualidade de vida, sujeitas, pela via da pobreza, à exclusão social;

— a permanência de níveis de instrução e de literacia muito baixos, que conduzem a fenómenos generalizados de infoexclusão;

— os fracos níveis da participação cívica relacionados não só com o défice educativo mas também com a prevalência de uma cultura individualista e muito marcada pela falta de confiança.

Os campos de exclusão, efectiva ou potencial, não se limitam aos três défices que ficaram enumerados. Contudo, aspectos como a precariedade e instabilidade de largos segmentos do mercado de emprego ou a debilidade das condições de habitação, em especial nas áreas suburbanas, são traços notórios nos capítulos desta obra, não estando, por isso, aqui desenvolvidos. Encontram-se, no entanto, incluídos na tipologia com que se conclui este ponto.

Na sociedade portuguesa, como em todas aquelas onde o processo de desenvolvimento se deu de

forma rápida, os sinais da pré-modernidade, ainda que conjugados de modo complexo com traços da modernidade e da pós-modernidade, permanecem bem evidentes, contribuindo para uma grande diversidade de situações ao nível do bem-estar e da qualidade de vida.

A força do passado no presente faz-se sentir com intensidade no contínuo das relações sociais: a família e as relações de vizinhança constituem, ainda actualmente em Portugal, pilares fundamentais da vida social. Por outro lado, a Igreja Católica mantém uma presença muito vinculada, quer ao nível ideológico, quer no campo da intervenção social, sendo um dos principais prestadores de serviços sociais de proximidade. Na realidade, não é possível compreender, ainda que sumariamente, a rápida evolução dos níveis de bem-estar no Portugal contemporâneo sem fazer uma breve incursão no passado.

5.1. UMA EVOLUÇÃO RÁPIDA NAS ÚLTIMAS QUATRO DÉCADAS

5.1.1. Uma herança pesada ao nível das clivagens sociais e territoriais

O regime de ditadura política que se manteve em Portugal até 1974 conduziu a atrasos estruturais de grande amplitude: a industrialização foi muito tardia e baseada num modelo de trabalho intensivo; o analfabetismo constituía a regra; o sistema de segurança social só se começou a esboçar nos anos 60 e de forma muito incipiente; a participação cívica era totalmente desencorajada, excepto nos casos em que visava um apoio explícito à ditadura. Num contexto em que as situações de miséria grassavam por todo o país, as migrações, internas e externas, assumiram grande importância, vindo a provocar, por um lado, a desertificação do interior e, por outro, a concentração demográfica no litoral, em especial nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Nesse quadro político em que a prática de planeamento territorial era escassa, a chegada mas-